

A ascensão da direita radical no Leste Europeu e a perseguição aos direitos das pessoas LGBTQIA+: compreendendo os casos da Hungria (2012-2022) e Polônia (2015-2022)

The rise of the radical right in Eastern Europe and the persecution of the LGBTQIA+ people rights: understanding the cases of Hungary (2012-2022) and Poland (2015-2022)

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128886>

Maiko Jhonata de Araújo Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, Brasil
maikojhonata@hotmail.com  

Lucas Lira de Menezes
Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Brasil
lucas_lira_menezes@hotmail.com  

Resumo

O presente artigo visa evidenciar a relação entre a ascensão da direita radical no Leste Europeu, a partir da década de 1990 e o descumprimento de direitos LGBTQIA+ na Hungria (2012-2022) e Polônia (2015-2022). Ademais, fazendo uso da metodologia qualitativa explicativa, vinculada à ferramenta analítica de estudo comparativo, tem-se como objetivos específicos: (I) expor os principais eventos a nível doméstico e internacional diretamente relacionados à ascensão da direita radical na região; (II) destacar as similaridades e diferenças acerca das narrativas envolvendo os direitos LGBTQIA+ nos dois países; (III) evidenciar as respostas internacionais para com essas infrações de direitos. Assim, a pergunta-problema caracteriza-se como: por que a direita radical do Leste Europeu passou a adotar com tanta veemência a perseguição aos direitos da população LGBTQIA+ como parte de suas agendas políticas no século XXI? Portanto, a hipótese é que a transnacionalização da luta LGBTQIA+ é compreendida por alguns segmentos da Sociedade Internacional enquanto uma forma de imposição ideológica do Ocidente e, por isso, deve ser combatida em defesa da cultura e valores locais.

Palavras-chave: LGBTQIA+; Extrema direita; Leste europeu.

Abstract

This paper aims to highlight the relationship between the rise of the radical right in Eastern Europe, from the 1990s onwards, and the breach of LGBTQIA+ rights in Hungary (2012-2022) and Poland (2015-2022). Furthermore, making use of the explanatory qualitative methodology, linked to the analytical tool of comparative study, the specific goals are: (I) expose the main events at the domestic and international level directly related to the rise of the radical right in the region; (II) highlight the similarities and differences regarding the narratives involving the LGBTQIA+ rights in both countries; (III) highlight the international responses to these violations of rights. Thus, the problem-question can be characterized as: why did the radical right of Eastern Europe start to adopt with such vehemence the persecution of the LGBTQIA+ population rights as part of their political agendas in the 21st century? Therefore, the hypothesis is that the transnationalization of the LGBTQIA+ fight is understood by some segments of the International Society as a form of ideological imposition from the West and, therefore, must be fought in defense of local culture and values.

Keywords: LGBTQIA+; Far right; Eastern Europe.

Recebido: 14 Dezembro 2022
Aceito: 14 Março 2023

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A transição do século XX para o século XXI trouxe consigo uma série de mudanças sociopolíticas e econômicas para o continente europeu, como: a queda do muro de Berlim (1989); a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (1991); a dissolução da Iugoslávia (1991-2006); fundação da União Europeia (UE) (1992); o maior alargamento da UE e a entrada de 10 novos membros: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Tcheca (2004).

Ademais, determinados direitos foram conquistados pela comunidade LGBTQIA+¹ a nível internacional, tais como: a remoção da homossexualidade da lista de doenças e transtornos mentais da Organização Mundial da Saúde (1993); Holanda se torna o primeiro país do mundo a reconhecer o casamento homoafetivo (2000); 14 Estados europeus descriminalizaram a homossexualidade entre 1990 e 2001: Lituânia, Estônia, Sérvia, Ucrânia, Albânia, Letônia, Moldávia, Romênia, Macedônia, Rússia, Geórgia e Azerbaijão.

Dado o exposto, o presente trabalho busca evidenciar a relação entre a ascensão da direita radical no Leste Europeu - a partir da década de 1990 - e o descumprimento de diversos direitos da população LGBTQIA+ na Hungria (2012-2022) e na Polônia (2015-2022), incluindo a criação de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+” em território polonês. Portanto, o problema de pesquisa pode ser definido como: por que a direita radical do Leste Europeu passou a adotar com tanta veemência a perseguição aos direitos da população LGBTQIA+ como parte de suas agendas políticas no século XXI?

No mais, a metodologia utilizada nesta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de cunho explicativo, visto que tal abordagem metodológica permite desenvolver explicações mais complexas sobre determinadas questões, a partir da identificação da relação entre determinados fatores e como tais relações resultam na ocorrência de fenômenos. Assim, a pesquisa busca identificar a relação entre dois fatores principais e eventuais consequências: a ascensão da direita radical no Leste Europeu a partir de 1990 e a perseguição aos direitos e indivíduos LGBTQIA+ da Hungria e Polônia no mesmo recorte temporal. De modo complementar, o trabalho faz uso do método comparativo enquanto ferramenta analítica.

Dessa forma, o trabalho busca: (I) expor os principais eventos a nível doméstico e internacional diretamente relacionados à ascensão da direita radical na região; (II) destacar as similaridades e diferenças acerca das narrativas envolvendo os direitos LGBTQIA+ nos dois países; (III) evidenciar as respostas internacionais para com essas infrações de direitos. Portanto, a hipótese aqui observada é que a transnacionalização da luta LGBTQIA+ passou a ser percebida por alguns setores da Sociedade Internacional enquanto uma forma de imposição ideológica do Ocidente e, por isso, algo a ser combatido em defesa da cultura e valores locais.

Dito isto, o artigo está seccionado em três partes. Inicialmente, é apresentada a discussão acerca da ascensão da direita radical no Leste Europeu e os motivos domésticos e internacionais que justificam tal desenvolvimento político na região. No segundo tópico, é feita a exposição sobre o caso húngaro, desde as mudanças políticas no país a partir da década de 1990 até a perseguição à população LGBTQIA+ entre de 2012 a 2022. Por fim, no último tópico, discute-se o caso polonês, com o intuito de expor o fortalecimento dos partidos de extrema direita no país, ao ponto de haver a construção de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+”.

A ascensão da direita radical no leste europeu

O radicalismo, enquanto uma ideologia política no espectro da direita, tem como principais características a defesa da ideia de uma nação homogênea, o ultranacionalismo romântico e populista (MINKENBERG, 2017, p. 27). Segundo Laclau (2005, p. 44-45), para haver populismo, é necessário a existência de uma série de práticas político-discursivas capazes de construir um sujeito popular e a pré-condição para a emergência de tal sujeito é a construção de

¹ Para os devidos fins deste trabalho, optou-se por utilizar a versão caracterizada como “LGBTQIA+”, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queers, intersexuais, assexuais e o símbolo “+” para incluir orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes da norma cisgênero-heterossexual.

uma fronteira discursiva capaz de separar os espaços sociais do sujeito popular e do “outro” externo. Segundo o autor, o populismo pode surgir de diferentes pontos da estrutura social, econômica e política, como: organizações políticas clientelistas, partidos políticos estabelecidos, sindicatos, exército, movimentos revolucionários e outros atores. O populismo não define a política propriamente dita desses atores, mas é uma forma de articular seus objetivos principais.

Para Mudde (2000), o populismo não diz respeito à uma ideologia política específica, está mais relacionado a um estilo político. Ou seja, representa a forma de se fazer política, indiretamente relacionada a uma visão específica da nação. Assim, a academia de Ciência Política e Relações Internacionais não utiliza o termo de modo monolítico, podendo atribuí-lo a atores localizados no espectro da direita ou da esquerda. Contudo, para os devidos fins desse trabalho, o termo será empregado para descrever líderes políticos e partidos de viés nacionalista, com apelo à defesa nacional e apoio do povo.

Neste contexto, o radicalismo reforça o binarismo da inclusão e exclusão, de modo que o “nós” (a nação, um grupo político, um grupo étnico ou uma religião) deve ser incluído e assegurado e o “outro” deve ser excluído e combatido. Dessa forma, essa vertente de radicalismo segue um caminho contrário aos princípios e valores de uma democracia liberal, pluralista e universalista (MINKENBERG, 2017, p. 27).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) definem os sistemas políticos democrático-liberais como aqueles capazes de assegurar, ao mesmo tempo, um máximo de eficiência econômica, de justiça social e de liberdade individual. Ademais, para os autores, o termo “universalismo” compreende qualquer doutrina contrária às noções particularistas, ou seja, a ênfase do universalismo está em acentuar os elementos morais e espirituais em comum entre as sociedades. Por fim, uma sociedade pluralista é aquela composta por vários grupos ou centros de poder, aos quais é atribuída a função de limitar, controlar e contrastar o centro do poder dominante, historicamente identificado como o Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Dessa forma, o radicalismo enquadra-se em uma clara relação de oposição a tais conceitos, visto que não é capaz de garantir justiça social e liberdade individual para todos os indivíduos, como exposto no binarismo nós/outro; adota narrativas e medidas focadas nos particularismos daquela nação; e não permite a ascensão plena de diversos centros de poder, visto que o poder deve emanar do Estado para assegurar o bem-estar social, político e econômico de determinados grupos em específico.

De acordo com Rae (2018), a direita radical está em ascensão no Leste Europeu desde a década de 1990. O autor destaca que a queda da URSS, em 1991, e, consequentemente, do próprio sistema socialista, não é o único fator responsável pelo enfraquecimento da esquerda na região. Entre tais fatores, segundo Enyedi (2020, p. 363-364), estão: o breve período de isolacionismo dos Estados Unidos da América (EUA) no pós-Guerra Fria; os impasses enfrentados pela Europa em relação ao processo de integração europeu; o rápido desenvolvimento econômico da China.

Apesar de tentarem introduzir programas econômicos neoliberais enquanto estavam no governo durante a década de 1990, os partidos social-democratas da Hungria e Polônia não conseguiram os implementar de forma efetiva, o que levou ao colapso destes partidos, ao passo que deixaram de ser vistos e categorizados como atores políticos sérios e de relevância no início dos anos 2000 (RAE, 2018). Dessa forma, durante a transição entre a década de 1990 e primeira parte da década de 2000, as alternativas à democracia liberal eram em grande parte inexistentes (ENYEDI, 2020, p. 363-364).

A direita radical apropriou-se do fracasso da social-democracia na região para conquistar o apoio da opinião pública. Neste cenário, a esquerda passou a ser retratada como fraca, incapaz de proteger as classes populares e inadimplente para criticar a desigualdade e o capitalismo global, o que levou o eleitorado das classes populares a apoiar os populistas, que atacavam veemente as manifestações da globalização neoliberal. Paralelamente, com a queda do bloco socialista e a ascensão de um modo de produção capitalista a nível global, o conflito de classes adequou-se aos contextos socioculturais específicos e passou a incorporar a oposição identitária de “nós” contra “outros”, a partir de pressupostos religiosos, étnicos, raciais e sexuais. A transição de “classe” para “nação” e de “interesse” para “identidade” transformou a “luta interna” contra um oponente de classe em uma “luta externa” contra interesses culturais, étnicos e raciais dos inimigos. Observa-se, portanto, que o radicalismo possui uma fraca base ideológica, a depender do contexto local e da

época em que aparece, assim, atualmente o radicalismo contemporâneo no Leste Europeu manifesta-se como católico, anti-islâmico, antissemita e LGBTQIAfóbico (ZUK; PLUCINSKI; ZUK, 2021, p. 2-8).

As forças nacionalistas-populistas que antes sobreviviam como partidos de nicho, com pouco impacto, desenvolveram-se ao ponto de hoje representarem as forças dominantes do cenário político regional (ENYEDI, 2020, p. 363-364). Isso se explica, segundo Minkenberg (2017, p. 29-30), como resultado de determinados elementos históricos. Ao contrário dos países da Europa Ocidental, o Leste Europeu é marcado pelo exercício de poder por parte de impérios multinacionais, como o Habsburgo, o russo e o otomano. Como consequência, observa-se o surgimento e solidificação de identidades nacionais sem um Estado-nação, ou seja, uma nacionalidade etnocultural. Além disso, o processo de redemocratização da região após a I Guerra Mundial foi curto, visto que o Leste Europeu vivenciou a ascensão de ditaduras no período entre guerras e de regimes comunistas após a II Guerra Mundial (MINKENBERG, 2017, p. 29-30). Este conjunto de legados históricos possui impactos diretos, não só na percepção do Leste Europeu em relação ao Ocidente, mas na própria percepção do papel da direita radical na região.

Para Sierakowski (2018), a dicotomia política do Leste Europeu não ocorre apenas entre esquerda e direita, mas, também, entre “amigo ou inimigo”, similar ao binarismo nós/outro já apresentado anteriormente. Neste cenário, cada um dos dois lados se apresenta enquanto a única opção legítima e aceitável para aquela nação, enquanto desenha a oposição como ilegítima e que deve ser combatida a todo custo. Dessa forma, a difusão da narrativa baseada em experiências positivas de um lado e negativas do outro ajuda a aproximar os eleitores aos partidos. Como consequência, a grande massa de eleitores tende a ouvir e seguir os discursos de seus líderes fielmente, ao ponto de não conseguirem solidificar suas próprias opiniões sobre diferentes temas políticos e econômicos (SIERAKOWSKI, 2018).

Neste contexto, a direita manipula as narrativas por trás dos acontecimentos históricos com o intuito de desqualificar a esquerda na esfera pública, enquanto reforça um ideal da direita como aquela que luta para manter o equilíbrio. Segundo o autor, os partidos de direita nunca preservaram este equilíbrio na prática, visto que continuam a apoiar ideologias conservadoras e nacionalistas (RAE, 2018). Percebe-se, portanto, a aplicação da dicotomia “amigo ou inimigo” anteriormente apresentada.

Segundo Sierakowski (2018), a ascensão dos partidos de extrema direita no Leste Europeu fica evidente no desempenho político destes partidos ao longo do século XXI. Enquanto os partidos populistas conquistaram 20% ou mais dos votos em apenas dois países da região em 2000, eles alcançaram tal porcentagem em dez países nas eleições de 2015. De modo mais específico, os partidos populistas da Polônia conquistaram um desempenho ainda mais surpreendente, indo de 0,1% dos votos em 2000 para a maioria parlamentar sob o atual governo do partido Lei e Justiça (PiS). Já na Hungria, o apoio ao partido União Cívica Húngara (FIDESZ) do primeiro-ministro Viktor Orbán ultrapassou 70% (SIERAKOWSKI, 2018).

Enyedi (2020) aprofunda a discussão ao afirmar que os países do Leste Europeu possuem diversas queixas históricas em relação ao Ocidente, como: o imaginário construído e solidificado que os ocidentais podiam viver em liberdade e riqueza enquanto os orientais viviam sob ocupação soviética; a inexistência de alguma medida similar ao Plano Marshall após a queda do muro de Berlim; o domínio de setores econômicos inteiros do Leste Europeu por parte de empresas ocidentais; o fornecimento de produtos de baixa qualidade para os orientais em oposição aos produtos de alta qualidade para os ocidentais.

É válido destacar que apesar deste ressentimento com o Ocidente ser antigo na região, ele só passou desempenhar uma influência significativa na esfera política na última década. Os líderes autoritários no poder ou com alta popularidade no Leste Europeu passaram a incorporar o otimismo e autoconfiança estadunidense à mentalidade política radical. As lideranças radicais tiraram proveito dos debates acerca da chegada do alto número de refugiados na Europa nos últimos 10 anos e os supostos perigos da multiculturalidade, para fortalecer e solidificar o nacionalismo (ENYEDI, 2020, p. 365-366).

Como já mencionado, a narrativa de aversão ao multiculturalismo e apego ao nacionalismo disseminou-se fortemente nestes países. Nesta perspectiva, o universalismo é considerado artificial porque não leva em consideração o “nós” em primeiro lugar durante os processos de tomada de decisão. Assim, o particularismo étnico é aceito como natural, enquanto o universalismo é visto como insustentável. Os críticos às narrativas sociopolíticas ocidentais afirmam que o Ocidente apesar de se portar enquanto liberal é, ao mesmo tempo, totalitário, visto que tenta impor determinadas agendas a todo custo, como: igualdade de gênero; reassentamento de refugiados; aceitação da homossexualidade e legalização do aborto (ENYEDI, 2020, p. 365-366).

Dado o exposto, percebe-se que logo após a queda do bloco socialista, determinados países do Leste Europeu tentaram implementar modelos de governo e de desenvolvimento econômico pautados na democracia liberal, além de um maior diálogo com o Ocidente. Paralelamente, observa-se o começo da ascensão dos partidos de direita da região à disputa política, que se intensificou como consequência de certos eventos de nível nacional, regional e internacional. A partir de 2010, é possível acrescentar outros fatores que justificam essa ascensão da direita radical, sendo: a chegada do alto número de refugiados na Europa e os perigos da multiculturalidade para com as identidades nacionais. Dessa forma, os dois tópicos seguintes destinam-se a compreender as principais semelhanças e diferenças na incorporação da LGBTQIAfobia como parte da agenda dessa extrema direita na Hungria e Polônia a partir da década de 1990.

Da reascensão do FIDESZ ao poder à suspensão de direitos LGBTQIA+

Como exposto por Becker (2010), o processo eleitoral húngaro acontece a partir da combinação de um sistema de votação majoritária e representação proporcional. Cada eleitor tem direito a dois votos, que podem ser usados de forma independente, desta forma, a distribuição de cadeiras na Assembleia Nacional ocorre de acordo com os nomes escolhidos nas listas partidárias e os candidatos eleitos diretamente. De acordo com o autor, este sistema de votação garante, em tese, um maior grau de proporcionalidade mas, na prática, favorece efetivamente as duas grandes formações, o FIDESZ e o Partido Socialista Húngaro (MSZP), que geralmente obtêm de cinco a dez por cento mais assentos do que as outras representações políticas (BECKER, 2010).

Desde o fim do governo comunista na Hungria, em 1989, observa-se uma clara polarização política nas eleições parlamentares do país. De um lado, é possível identificar uma ala de direita, conservadora e neofascista, do outro lado, uma ala social liberal. Vale ressaltar que o conservadorismo, em uma conjuntura política, segundo Souza (2016), se caracteriza pela associação às diversas posições resistentes aos avanços das pautas atreladas a esquerda, como a universalização dos direitos e demandas pela radicalização da democracia, defendendo a mercantilização crescente na vida da população, bem como a posse de uma agenda de combate aos progressos dos direitos humanos. Já o neofascismo, baseado em princípios conservadores, pode ser descrito enquanto uma retomada de ideologias e programas de contextos políticos do passado, como os presentes na Alemanha nazista e na Itália fascista, destacando as seguintes características:

(...) deslegitimação da política, das instituições democráticas e do Estado de direito; reacionarismo moral e cultural (culto às tradições), associado a uma explicação mágico-religiosa (anti-iluminista) do mundo e da política; valores individualistas (neoliberais) sintetizados no par empreendedorismo-meritocracia, avessos às políticas sociais e aos direitos trabalhistas; anticomunismo histórico e visceral, próprio dos tempos da Guerra Fria, criando-se um clima artificial de “ameaça comunista”; e um nacionalismo vazio, próprio dos países periféricos dependentes (sem conteúdo, retórico e abstrato), expresso apenas na exposição e valorização de símbolos nacionais (bandeira e hino) (FILGUEIRAS; DRUCK, 2018, s.p.).

Neste contexto, a polarização se intensifica nas narrativas construídas por um lado contra o outro, de modo que ao “outro” sempre é atribuído as características lidas como negativas. Em outras palavras, o mesmo binarismo entre “amigo” e “inimigo” (BECKER, 2010).

Segundo o Becker (2010), o FIDESZ é o principal responsável por polarizar a cultura política da Hungria a partir de 2002. De 1998 a 2002, a Hungria foi governada por Orbán (FIDESZ), entretanto, após ter experienciado uma derrota eleitoral em 2002, Orbán apelou às manifestações de protesto pois, para ele, havia ocorrido uma fraude eleitoral, visto que a Hungria é um país ortodoxo e patriótico e a vitória do MSZP representava uma traição ao povo húngaro. O MSZP foi reeleito em 2006, com 42,05% dos votos (BECKER, 2010).

Entretanto, mesmo sob um governo de esquerda, a direita radical húngara continuou a promover seus discursos de ódio para com a população LGBTQIA+. Durante a Parada do Orgulho Gay de Budapeste, em julho de 2007, *skinheads*, neonazistas e manifestantes nacionalistas atacaram incessantemente os participantes. Além do ataque físico, os manifestantes da direita radical atacaram verbalmente os indivíduos LGBTQIA+ presentes. Durante o episódio, alguns dos manifestantes de direita agitavam bandeiras nacionalistas e faziam saudações nazistas. Mais tarde naquela noite, ao menos onze pessoas LGBTQIA+ foram agredidas enquanto voltavam para casa após a Parada e pelo menos duas foram hospitalizadas em estado grave (RENKIN, 2009, p. 20).

Um cenário semelhante se repetiu na Parada de 2008, desta vez com uma força anti-LGBTQIA+ mais numerosa, entretanto, a força policial conseguiu conter os manifestantes de extrema direita e ninguém ficou gravemente ferido (RENKIN, 2009, p. 20). Frente aos ataques vivenciados pela população LGBTQIA+, os partidos húngaros de esquerda reforçaram que tais ataques não ameaçavam apenas a comunidade LGBTQIA+, mas toda a noção de democracia (BECKER, 2010).

Durante as eleições de 2010, dois partidos de extrema direita lançaram suas campanhas fortemente baseadas em princípios nacionalistas e neofascistas: o FIDESZ e o “Movimento por uma Hungria melhor” (Jobbik). Após ter sido derrotado em 2002 e 2006, Orbán foi reeleito primeiro-ministro em 2010 (assim como em 2014, 2018 e 2022). Em relação às eleições de 2006, os resultados obtidos nas eleições de 2010 mostram uma queda de 22,3 pontos percentuais dos votos obtidos pelo MSZP, ou seja, o partido que governou a Hungria de 1994 a 1998 e de 2002 a 2010 perdeu o apoio de dois terços do eleitorado. Ao que diz respeito ao parlamento húngaro, O FIDESZ alcançou maioria de dois terços no parlamento, ocupando 262 dos 378 lugares (BECKER, 2010).

Por sua vez, ainda em 2010, a campanha parlamentar do Jobbik obteve 17% dos votos e conseguiu 47 cadeiras, terminando como o terceiro maior partido naquele ano (MURER, 2015, p. 87). Para Becker (2010), apesar do Jobbik não ter vencido as eleições de 2010, sua rápida ascensão demonstra que o partido pode continuar a crescer, obtendo votos de protesto às custas do FIDESZ em eleições futuras, visto que adota uma abordagem ainda mais radical que o FIDESZ (BECKER, 2010).

Logo após retornar ao poder, Orbán implementou uma política de assédio e perseguição contra Organizações Não Governamentais (ONGs), sob a narrativa de que eram “agentes da União Europeia” e que defendiam interesses estrangeiros contrários aos interesses do povo húngaro. Visto que o modelo de organização política e luta por direitos da população LGBTQIA+ segue uma agenda Ocidental, tais ONGs foram as mais perseguidas pelo governo de Orbán. Em 2011, por exemplo, o governo húngaro aprovou a “Lei de Proteção à Família”, que compreende a família heterossexual como a base da sobrevivência da nação e, por isso, o casamento passou a ser definido enquanto a união entre homem e mulher na versão de 2012 da Constituição (NUÑEZ-MIETZ, 2019). Entretanto, é válido destacar que o país reconhece legalmente a união civil entre pessoas do mesmo sexo (EQUALDEX, 2022).

Não só o FIDESZ, mas também o Jobbik, começou a perpetuar cada vez mais a narrativa que a pátria húngara estaria sob ataque e a comunidade LGBTQIA+ estaria no lado do inimigo (NUÑEZ-MIETZ, 2019). Portanto, visto que há uma associação dos direitos LGBTQIA+ com o Ocidente, o nacionalismo de direita é particularmente LGBTQIAfóbico. Visto que boa parte do financiamento da Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Budapeste vem da Europa Ocidental, políticos de direita do país acreditam que este evento não é organizado pelos húngaros, mas sim, uma concepção estrangeira importada do Ocidente e que não se encaixa com as normas sociais da Hungria (NUÑEZ-MIETZ, 2019).

Em 2012, o Jobbik propôs três projetos de lei com o intuito de minar certos direitos LGBTQIA+. Os Projetos de Lei 6.719 e 6.720 focavam na limitação da liberdade de expressão e de associação das pessoas LGBTQIA+, visto que buscavam excluir a expressão pública de identidades de gênero e orientações sexuais consideradas dissidentes. Já o Projeto de Lei 6.721 defendia a criminalização da homossexualidade, com pena de três anos de prisão. Apesar da legislação proposta estar de acordo com a emenda constitucional de 2012, a Comissão Parlamentar rejeitou os três projetos de lei (NUÑEZ-MIETZ, 2019).

No que diz respeito aos direitos de pessoas transgênero, a Hungria garantia a mudança legal de gênero desde 1982, entretanto, em maio de 2020, o parlamento húngaro aprovou uma lei que passou a definir que o sexo de nascimento, uma vez registrado, não pode ser mais alterado. Ou seja, a nova lei impossibilita a mudança legal de gênero por pessoas transgênero e intersexuais, colocando-as em risco de violência física e psicológica (KNIGHT; GALL, 2020; EQUALDEX, 2022).

Em 2020, a *Labrisz Lesbian Association* publicou o livro “*A Fairy Tale for Everyone*”, que se propõe a reimaginar contos de fadas clássicos incluindo personagens e temáticas LGBTQIA+ ao longo das histórias. Logo após o lançamento, diversos políticos da direita radical se esforçaram para banir o livro, sob a narrativa que ele representa “propaganda homossexual”. Como consequência, os legisladores aprovaram uma lei que passou a proibir qualquer tipo de representação LGBTQIA+ em materiais escolares ou programas de televisão voltados para crianças e adolescentes. A principal retórica usada neste processo é a “proteção infantil”, visto que, para os políticos da direita radical, homossexuais são pedófilos e ameaçam a segurança das crianças (THORESON, 2022). É válido destacar que o vínculo discursivo entre homossexualidade e pedofilia tem sido usado no país há anos sob o argumento que a normalização das orientações sexuais e identidades de gênero (OSIGs) não tradicionais ameaça a existência da nação como um todo, pois um “ataque” à integridade das crianças, representa um ataque a toda estrutura social construída com base na família heteronormativa (NUÑEZ-MIETZ, 2019).

Tal decisão tomada pelo governo húngaro não foi bem recebida a nível internacional. Para o Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Crianças, ao ocultar e invisibilizar educação sexual “relevante, apropriada e oportuna” para crianças, incluindo aquelas dentro da sigla LGBTQIA+, coloca em risco não só o direito dessas crianças de terem acesso a informações, como também o próprio direito à saúde, já que há a possibilidade desses jovens ficarem despreparados e não conseguirem se proteger devidamente ao se tornarem sexualmente ativos (THORESON, 2022).

Em fevereiro de 2022, o Conselho de Mídia da Autoridade Nacional de Mídia e Comunicações, um órgão controlado pelo partido no poder, responsável por regular a mídia do país, multou a *RTL Klub*, uma estação de TV independente, por veicular o anúncio “Família é Família”, produzido pela principal ONG LGBTQIA+ húngara *Hatter Tarsasag*, onde expõe diferentes modelos de família, incluindo aquelas dentro da comunidade LGBTQIA+ (THORESON, 2022). De acordo com a justificativa oficial apresentada pelo Conselho, as crianças têm dificuldade em interpretar e compreender como ocorre a criação dos filhos por casais do mesmo sexo, assim como a própria concepção de famílias homoafetivas (NELSON, 2022).

Com base no exposto, percebe-se que a direita radical, representada pelo FIDESZ, subiu ao poder ainda durante a década de 1990 e, apesar do país ter experienciado oito anos de governo de esquerda, o FIDESZ não só retoma o poder, como no mesmo ano percebe-se a ascensão de outro partido no mesmo espectro: o Jobbik. Dessa forma, de 2010 a 2022, a população LGBTQIA+ da Hungria experienciou uma série de suspensão de direitos, como: casamento igualitário; mudança legal do nome e gênero e liberdade de expressão. Com o objetivo de melhor elucidar esse objetivo, o tópico a seguir destina-se a expor a reascensão do PiS na Polônia e sua conexão direta com a construção de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+”.

O retorno do PiS ao poder e a construção de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+”

O radicalismo, em ascensão no Leste Europeu desde a década de 1990, intensificou-se nos últimos 10 anos, sob a narrativa de combate à multiculturalidade e as supostas ameaças apresentadas por imigrantes. No caso polonês, os partidos de extrema direita avançaram de 0,1% dos votos nas eleições de 2000 para a maioria parlamentar sob o atual governo do PiS.

Em 2015, o PiS retornou ao poder após um breve mandato entre 2005 e 2007, com 37,5% dos votos, elegendo Jarosław Kaczyński como primeiro-ministro do país, além de ter eleito, também, Andrzej Duda como presidente. Ademais, o PiS conquistou 235 acentos dos 460 disponíveis na Câmara Inferior (similar à Câmara dos Deputados) nas eleições de 2015. Os outros 225 acentos foram conquistados por partidos de Centro, Centro-Direita e/ou que defendem uma agenda Liberal. Foi a primeira vez desde 1989 que nenhum partido de Esquerda foi eleito (GOETTIG; BARTECZKO, 2015).

Segundo Zuk, Plucinski e Zuk (2021, p. 2-18), após a ascensão ao poder, o PiS não colocou como prioridade a adoção de mudanças significativas na política socioeconômica, isso fica evidente na negligência para com os serviços públicos de saúde, educação e pesquisa científica. Paralelamente, preocupou-se em influenciar a esfera ideológica através da imposição de uma visão nacionalista da história, controle dos programas escolares e a família heterossexual e cristã como o único modelo a ser seguido. Outro elemento imposto na esfera ideológica, durante este primeiro mandato, diz respeito à luta contra “a invasão de estrangeiros” que supostamente seriam capazes de ameaçar a tradição polonesa, a família e a paz na “terra polonesa”. Portanto, percebe-se que os políticos do PiS preferiram evocar emoções em torno de questões identitárias e históricas ao invés de direcionar uma atenção adequada aos problemas socioeconômicos do país (ZUK; PLUCINSKI; ZUK, 2021, p. 2-18).

Logo após a vitória do PiS, o governo passou a incorporar com veemência uma narrativa de combate e perseguição à população LGBTQIA+. Em 2015, o recém-empossado presidente Andrzej Duda continuou a endossar o mesmo discurso de combate aos supostos problemas apresentados por refugiados e imigrantes, mas passou a incorporar, também, a luta contra “ideologias de gênero e LGBTQIA+”. A retórica do governo passou a definir a “ideologia LGBTQIA+” como uma ameaça à família tradicional, à nação polonesa e seus valores derivados da moral católica romana. A resistência aos direitos LGBTQIA+ tem sido utilizada como um marcador de identidade religiosa, cultural e política, uma forma de praticar o patriotismo, reforçar o binarismo “nós/outros” e, assim, mobilizar ainda mais sua base central de votos (GRABOWSKA-MOROZ; WÓJCIK, 2021, p. 85-103).

Já em 2019, o PiS foi reeleito com 43,6% dos votos, tendo conquistado novamente 235 acentos na Câmara Inferior. Contudo, ao contrário das eleições de 2015, uma coalizão de partidos de esquerda conquistou 49 acentos. Apesar de ter conquistado 43,6% dos votos a nível nacional, o apoio ao PiS nas províncias do Sudeste chega a 50-55% (BESWICK; ABELLAN-MATAMOROS, 2019).

Apesar de mais uma vitória da direita radical no país, em 2019, o prefeito de Varsóvia, Rafał Trzaskowski - do principal partido da oposição, a Coalizão Cívica (*Koalicja Obywatelska*) – assinou uma declaração abrangendo proteções legais e direitos básicos da população LGBTQIA+ na capital. Nesta declaração, a prefeitura assumiu um comprometimento de fornecer albergues, um sistema de intervenção em crises e educação antidiscriminação nas escolas. No mesmo ano, o primeiro-ministro Kaczyński deixou claro ser contra a promoção desses direitos. Ademais, manifestantes da direita radical organizaram manifestações contra a declaração, expondo banners e slogans homofóbicos do lado de fora dos escritórios da prefeitura de Varsóvia, assim como em estádios de futebol (RAE, 2019).

A partir de março de 2019, algumas autoridades locais na Polônia começaram a adotar atos declaratórios contra a “ideologia LGBTQIA+”, sendo o mais significativo deles a Carta dos Direitos da Família, elaborada pela organização ultraconservadora “Instituto de Cultura Jurídica *Ordo Iuris*”. A Carta não é considerada juridicamente vinculativa e possui apenas peso discursivo, explicitando o apoio ao modelo familiar considerado tradicional, enquanto reitera a importância de proteger as crianças da “ideologia LGBTQIA+” (GRABOWSKA-MOROZ; WÓJCIK, 2021, p. 96).

Em julho de 2019, o jornal polonês *Gazeta Polska* anunciou que a edição daquele mês incluiria um adesivo estampando um arco-íris (símbolo da luta e orgulho LGBTQIA+) cruzado por uma faixa preta, escrito “Zona Livre de LGBT”. Segundo o jornal, o adesivo representaria um sinal de oposição à suposta influência da esquerda radical e seus efeitos prejudiciais à família e aos valores não só da Polônia, mas de toda a civilização europeia (ZUK; PLUCINSKI; ZUK, 2021, p. 2-18). Aqui, o jornal categoriza o apoio à população LGBTQIA+ como algo oposto à ideia de “civilização europeia”. Contudo, é válido reforçar que tal narrativa não é a dominante, visto que existe, também, a narrativa de associação entre o apoio à causa LGBTQIA+ com os valores europeus (e ocidentais, de modo geral).

A distribuição desses adesivos instigou os membros e apoiadores do PiS a iniciarem os projetos de construção de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+” em nível local e regional no país. De julho a dezembro de 2019, diversas zonas foram instauradas no país, de modo que a maioria estava localizada na região do sudeste da Polônia, ou seja, em sobreposição às províncias mais religiosas e tradicionalistas do país, eleitorado mais fiel do PiS. Por sua vez, não é possível identificar essas mesmas zonas nos territórios ocidentais (províncias da Baixa Silésia, Lubuskie e Zachodniopomorskie), onde a esquerda (nos anos 1990 e 2000) e os liberais (após 2015) obtiveram os melhores resultados eleitorais (ZUK; PLUCINSKI; ZUK, 2021, p. 2-18).

Apesar de fomentar narrativas LGBTQIAfóbicas, o PiS não defende oficialmente o extermínio da população LGBTQIA+ polonesa. Na realidade, o PiS evoca a narrativa da cidadania limitada, ou seja, indivíduos LGBTQIA+ podem ser tolerados desde que manifestem suas identidades de gênero e orientações sexuais apenas na esfera privada e não busquem reconhecimento ou participação na esfera pública (ZUK; PLUCINSKI; ZUK, 2021, p. 2-18).

Após a adoção dessas zonas, uma série de medidas e discursos críticos foram desenvolvidos. Em dezembro de 2019, o Parlamento Europeu (PE) adotou a Resolução 2019/2933 (RSP). Segundo o documento, apesar dessas zonas não definirem a introdução de uma fronteira física, elas representam uma medida discriminatória que limita a liberdade de circulação dos cidadãos da UE e, por isso, solicita que a Comissão Europeia (CE) adote medidas condenatórias contra esses atos de discriminação pública (PARLAMENTO EUROPEU, 2019).

Já em 2020, os tribunais administrativos poloneses invalidaram algumas das resoluções, pois as consideraram discriminatórias. Entretanto, rejeitaram a tentativa de aplicar embargos contra essas regiões polonesas, com o argumento que essas resoluções contrárias à população LGBTQIA+ não tratam de questões de administração pública (GRABOWSKA-MOROZ; WÓJCIK, 2021, p. 96).

Em julho de 2020, como forma de punição, a CE reteve fundos da UE que seriam destinados à algumas comunidades polonesas que adotaram resoluções anti-LGBTQIA+, visto que a CE compreende que esses fundos deveriam ser gastos seguindo os valores europeus. Em setembro de 2020, Ursula Von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia, proferiu um discurso que, entre os diversos tópicos levantados, estava a questão das “zonas livres de ideologia LGBTQIA+”. Para Von der Leyen, “zonas livres de ideologia LGBTQIA+ são zonas livres de humanidade” e, por isso, não podem ser aceitas na UE. Em setembro de 2020, uma carta aberta assinada por embaixadores de 50 países, representantes de diferentes organizações internacionais e da Comissão Europeia foi publicada enfatizando a importância de assegurar os direitos LGBTQIA+ e exigindo às autoridades polonesas que acabassem com a discriminação contra minorias sexuais (GRABOWSKA-MOROZ; WÓJCIK, 2021, p. 95-96).

Em fevereiro de 2021, a Noruega retirou as regiões da Polônia que haviam adotado resoluções discriminatórias contra a população LGBTQIA+ da lista de beneficiadas pelos fundos do Mecanismo Financeiro do Espaço Econômico Europeu (EEA *Funds*). Como consequência direta dessas punições no campo econômico, a partir de março de 2021, alguns municípios poloneses, como Nowa Dęba, Kraśnik e Przemyśl deixaram claro o receio de não receberem os fundos e repasses financeiros e, por isso, retiraram as resoluções discriminatórias contra a população LGBTQIA+. Ainda em 2021, a região francesa do Loira suspendeu uma cooperação econômica com a região polonesa de Małopolska, em resposta às medidas discriminatórias implementadas (GRABOWSKA-MOROZ; WÓJCIK, 2021, p. 96).

A nível doméstico, as tentativas de fomentar a hostilidade contra a população LGBTQIA+ não foram amplamente aceitas também. Em 2021, o Centro de Pesquisa e Opinião Pública, agência de pesquisa do governo, realizou uma pesquisa de opinião sobre o casamento igualitário, identificando que 36% dos entrevistados demonstraram algum tipo de opinião favorável. Já em junho de 2022, o site polonês “OKO.press” desenvolveu uma pesquisa de opinião sobre o mesmo tema, identificando que 34% dos votantes aprovam que casais homoafetivos sejam legalmente reconhecidos como uniões civis, 28% aprovam o casamento homoafetivo, 33% consideram que não devem ser feitas modificações na legislação local (que não oferece reconhecimento legal aos casais de mesmo sexo) e 5% não souberam opinar (PTAK, 2022).

Dado o exposto, entre 2015 e 2022, o governo polonês intensificou a promoção de narrativas LGBTQIAfóbicas, ao passo de culminar na construção de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+”, em determinadas partes do país. Entretanto, é válido destacar que neste mesmo período, o governo não adotou medidas legais capazes de prejudicar diretamente esses indivíduos, observa-se inclusive melhorias em certas áreas, como: o alargamento da lei de adoção, permitindo a adoção de crianças por adultos solteiros, incluindo adultos LGBTQIA+ (2016), e; o reconhecimento de coabitação não-registrada por casais do mesmo sexo (2018). Ademais, mesmo com a ascensão do PiS e a adoção de tais medidas, a estrutura social e política do país não pode ser definida de forma generalizante e monolítica, visto que existe pressão interna favorável aos direitos de pessoas LGBTQIA+ e o fim dessas zonas.

Considerações finais

Em linhas gerais, percebe-se que os partidos localizados na extrema direita do Leste Europeu, defendem uma série de princípios em comum, como: o anticomunismo, uma visão pessimista acerca da chegada de imigrantes em seus respectivos países e a percepção que o estilo de vida LGBTQIA+ pode prejudicar toda a base social da nação, ou seja, a família tradicional cristã cisgênero-heterossexual. Partindo dessa afirmação, ao fazer uso do estudo comparativo enquanto ferramenta analítica, a pesquisa buscou identificar as principais similaridades e distinções acerca do posicionamento desses partidos e líderes políticos, pois mesmo localizados no mesmo espectro político e na mesma região geográfica, eles não agem de modo monolítico, variando de acordo com o contexto sociopolítico, momento histórico e interesses econômicos.

No caso húngaro, percebe-se que o governo de Viktor Orbán (2010-), em nome do FIDESZ empenhou-se em minar os direitos e modo de organização sociopolítica da população LGBTQIA+ húngara, através de uma série de medidas, como: a implementação de uma política de assédio e perseguição contra ONGs sob a narrativa de que defendiam interesses contrários aos do povo húngaro; a aprovação da “Lei de Proteção à Família”, em 2011, que passou a definir família dentro das conformidades da heterossexualidade; a aprovação de uma lei, em 2020, que passou a proibir a mudança legal de gênero; a aprovação de uma lei, também em 2020, que passou a proibir qualquer tipo de representação LGBTQIA+ em materiais escolares ou programas de televisão voltados para crianças e adolescentes.

No caso polonês, o governo do PiS (no poder desde 2015) não colocou como prioridade a adoção de mudanças significativas nas estruturas socioeconômicas do país, mas preocupou-se em influenciar fortemente a esfera ideológica através da imposição de uma visão específica, focada no nacionalismo e controle de programas escolares, além da imposição da família tradicional como o único modelo a ser seguido. Assim, entre 2015 e 2022, o governo passou a reproduzir uma narrativa de perseguição aos direitos e a própria existência de pessoas LGBTQIA+.

A partir de março de 2019, por exemplo, algumas autoridades locais na Polônia começaram a adotar determinados atos declaratórios contra a “ideologia LGBTQIA+”, sendo o mais significativo deles a Carta dos Direitos da Família, que explicita o apoio ao modelo familiar considerado tradicional, enquanto reitera a importância de proteger as crianças da “ideologia LGBTQIA+”. Em julho de 2019, políticos apoiadores do PiS iniciaram os projetos de construção de “zonas livres de ideologia LGBTQIA+” em nível local e regional no país. Entretanto, apesar do nome, indivíduos LGBTQIA+ não são oficialmente caçados e impedidos de entrarem nessas regiões pelo Estado, contudo, indivíduos de extrema direita

passaram a fazer uso das narrativas construídas paralelamente à essas zonas para continuarem a perpetuar discursos de ódio, violência física e perseguição a pessoas LGBTQIA+. Após uma série de represálias a nível internacional, entre elas, a dissolução de acordos econômicos importantes para o país, algumas regiões voltaram atrás e acabaram com tais zonas.

Em um estudo comparativo, segundo Klotz (2008), nenhuma característica é única e universal. Ou seja, Estados podem interpretar e reagir diferentemente a forma que indivíduos LGBTQIA+ manifestam suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero, assim como se organizam politicamente para conquistar direitos básicos. Na Polônia, a LGBTQIAfobia, por parte do Estado se manifesta, principalmente, no campo discursivo, sendo as “zonas livres de ideologia LGBTQIA+” um claro exemplo disso, o que não inibe que tais práticas discursivas sejam apropriadas por determinados grupos do país. Por sua vez, na Hungria, entre 2015 e 2022, diversas leis foram aprovadas, afetando diretamente a segurança, bem-estar, cidadania e existência da população queer húngara.

Dado o exposto, é possível retomar a pergunta-problema apresentada no início dessa discussão: por que a direita radical do Leste Europeu passou a adotar com tanta veemência a perseguição à população LGBTQIA+ como parte de suas agendas políticas no século XXI? Historicamente, os países desta região vivenciaram uma série de eventos que os fizeram desenvolver uma certa aversão às principais narrativas do mundo Ocidental, entre elas, o apoio aos direitos LGBTQIA+. Ademais, percebe-se que a dicotomia política do Leste Europeu se manifesta como a relação “amigo ou inimigo”. Com o intuito de solidificar suas imagens enquanto “amigos”, os partidos de extrema direita da Hungria e Polônia perseguem estrategicamente determinados grupos sociopolíticos – entre eles, a população LGBTQIA+ – e os desenham enquanto “inimigos” da nação, visto que podem, supostamente, ameaçar toda a estrutura social, cultural e religiosa desses países.

Referências

- BECKER, Jens. The rise of right-wing populism in Hungary. **Journal for Labour and Social Affairs in Eastern Europe**, v.13, n.1, p. 29-40, 2010.
- BESWICK, Emma; ABELLAN-MATAMOROS, Cristina. **Polish parliamentary election**: Final results show PiS win narrow majority. Euronews, 15/10/2019. Disponível em: <https://www.euronews.com/2019/10/13/poland-head-to-the-polls-with-conservative-ruling-law-justice-party-in-the-lead>. Acesso em 14/10/2022.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- ENYEDI, Zsolt. Right-wing authoritarian innovations in Central and Eastern Europe. **East European Politics**, v.36, n.3, p. 363-377, 2020.
- EQUALDEX. **LGBT Rights in Hungary**. 2022. Disponível em: <https://www.equaldex.com/region/hungary>. Acesso em 10/11/2022.
- FILGUEIRAS, Luiz e DRUCK, Graça. O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição Novembro 2018: Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>. Acesso em 06/03/2023.
- GOETTIG, Marcin; BARTECZKO, Agnieszka. Poland's Eurosceptics win outright majority in parliament. **Reuters**. Londres, 27/10/2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-poland-election-idUSKCNOSL1XH20151027>. Acesso em 14/10/2022.
- GRABOWSKA-MOROZ, Barbara; WÓJCIK, Anna. Reframing LGBT rights advocacy in the context of the rule of law backsliding. The case of Poland. **Intersections: East European Journal of Society and Politics**, v.7, n.4, p. 85-103, 2021.
- KLOTZ, Audie. Case Selection. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa (Eds). **Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide**. Palgrave Macmillan, 2008, cap. 4, p. 43-58.
- KNIGHT, Kyle; GALL, Lydia. Hungary Ends Legal Recognition for Transgender and Intersex People: President Ader Should Not Sign Problematic New Law. **Human Rights Watch**. Nova Iorque, 21/05/2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/05/21/hungary-ends-legal-recognition-transgender-and-intersex-people>. Acesso em 10/11/2022.
- LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name? In: PANIZZA, Francisco (Ed). **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005, cap. 1, p. 32-49.
- MINKENBERG, Michael. The Rise of the Radical Right in Eastern Europe: Between Mainstreaming and Radicalization. **Georgetown Journal of International Affairs**, v.18, n.1, p. 27-35, 2017.

MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

MURER, Jeffrey Stevenson. The Rise of Jobbik, Populism, and the Symbolic Politics of Illiberalism in Contemporary Hungary. **The Polish Quarterly of International Affairs**, v.2, n.2, p. 79-102, 2015.

NELSON, Steven. RTL Klub to Fight Media Council Decision Over Banning LGBTQ “Rainbow Families” Ad. **Hungarian Politics**. Budapeste, 06/02/2022. Disponível em: <https://hungarianpolitics.com/2022/02/06/rtl-klub-to-fight-media-council-decision-over-banning-lgbtq-rainbow-families-ad/>. Acesso em 14/11/2022.

NUÑEZ-MIETZ, Fernando G. Resisting human rights through securitization: Russia and Hungary against LGBT rights. **Journal of Human Rights**, v.18, n.2, p. 1-21, 2019.

PARLAMENTO EUROPEU. **European Parliament resolution of 18 December 2019 on public discrimination and hate speech against LGBTI people, including LGBTI free zones (2019/2933 (RSP))**. 2019. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2019-0101_EN.html. Acesso em 17/10/2022.

PTAK, Alicja. Growing majority in Poland support same-sex civil unions or marriage, finds poll. **Notes from Poland**. Cracóvia, 10/06/2022. Disponível em: <https://notesfrompoland.com/2022/06/10/growing-majority-in-poland-support-same-sex-civil-unions-or-marriage-finds-poll/>. Acesso em 19/10/2022.

RAE, Gavin. Eastern Europe’s Right-Wing Shift Is Not Unique. **Social Europe**. Berlim, 12/03/2018. Disponível em: <https://socialeurope.eu/eastern-europes-right-wing-shift-is-not-unique>. Acesso em 27/09/2022.

RAE, Gavin. PiS attacks LGBT+ rights in Poland, as elections loom. **Social Europe**. Berlim, 02/04/2019. Disponível em: <https://socialeurope.eu/pis-attacks-lgbt-rights-in-poland>. Acesso em 17/10/2022.

RENKIN, Hadley Z. Homophobia and queer belonging in Hungary. **Focaal—European Journal of Anthropology**, v.53, p.20–37, 2009.

SIERAKOWSKI, Sławomir. How Eastern European Populism Is Different. **Social Europe**. Berlim, 08/02/2018. Disponível em: <https://socialeurope.eu/eastern-european-populism-different>. Acesso em 27/09/2022.

SOUZA, Jamerson. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 360-377, 2016.

THORESON, Ryan. LGBT Rights Under Renewed Pressure in Hungary: Children Harmed in the Name of Protection. **Human Rights Watch**. Nova Iorque, 15/02/2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2022/02/15/lgbt-rights-under-renewed-pressure-hungary>. Acesso em 20/10/2022.

Funções de colaboração exercidas

Maiko Jhonata de Araújo Gomes:

Conceituação; Metodologia; Validação; Curadoria de dados; Administração do projeto; Visualização; Investigação; Supervisão; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Lucas Lira de Menezes:

Validação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelos(as) autores(as) de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
